

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 17: Educação e Sociedade

ESCOLHA, ESTRATÉGIA E COMPETIÇÃO POR ESCOLAS PÚBLICAS – PENSANDO A ECOLOGIA DO QUASE-MERCADO ESCOLAR

**Marcio da Costa (UFRJ)
Mariane C. Koslinski (UFRJ)**

Quando nasci veio um anjo safado
O chato dum querubim
E decretou que eu tava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim

Inda garoto deixei de ir à escola
Cassaram meu boletim
Não sou ladrão, eu não sou bom de bola
Nem posso ouvir clarim
Um bom futuro é o que jamais me esperou
Mas vou até o fim...
(Chico Buarque – “Até o Fim”)

Introdução

É grande a polêmica internacional acerca dos efeitos e das características de programas de *school-choice*. Usualmente, políticas que buscam estimular a liberdade de escolha de escolas por parte dos pais visam declaradamente promover processos de melhoria da oferta educacional por meio de mecanismos competitivos e/ou de *accountability*. Já existe farta discussão acumulada na sociologia da educação sobre a temática dos quase-mercados formados em consonância com as políticas de escolha escolar. Mesmo na ausência de incentivos à escolha, sob amplo predomínio de sistemas públicos de ensino, o conceito de quase-mercado ajuda a compreender a competição de alunos por escolas e de escolas por alunos.

O que nos parece o cerne do quase-mercado educacional é a idéia de escolha escolar (*school-choice*). Segundo as prescrições usuais, esse quase-mercado funciona a partir da concessão de oportunidades de escolhas entre um cardápio de escolas, que imporia, a partir da demanda (os estudantes/clientes), reações por parte da oferta (as escolas). O lado da oferta, não mais blindado pela barreira de proteções típicas dos sistemas estatais do *welfare state*, teria de se ajustar, buscando captar estudantes, pela qualidade e o tipo da mercadoria – educação, credenciais – que teria a oferecer. A partir da sinalização emitida por sistemas centralizados de avaliação educacional externa, a oferta tenderia a elevar sua qualidade pelo efeito agregado da competição por clientes. Temos claramente a noção de um quase-mercado auto-organizativo, porém com dessemelhanças importantes com relação a um mercado típico.

Nossos estudos têm sugerido que também no Brasil é possível falar de quase-mercados e de escolha escolar, mesmo quando não nos referimos aos disputados mercados formados por prestigiadas escolas particulares nos grandes centros urbanos.

Entre os amplos segmentos da população desprovida de meios de acesso a essas escolas de elites, podemos encontrar renhidas lutas pela oportunidade de aceder a uma oferta escolar considerada de qualidade superior às demais dentro o espectro das que é plausível aspirar.

Este artigo propõe tratar de um fenômeno pouco estudado no contexto brasileiro a disputa por escolas públicas que não poderiam ser caracterizadas como “de elite” ou “de excelência”. O fenômeno se expressa através de dispositivos competitivos postos em ação tanto por famílias em busca de melhores chances educacionais quanto pela burocracia educacional, que têm papel ativo no processo. Nossa pesquisa se dedica a investigar os processos de escolha e de acesso escolar em um contexto que denominamos “quase-mercado oculto”. Isto é, pretende observar o caso brasileiro - em contraste com locais onde há políticas deliberadas de escolha escolar – e, frente à ausência de regulação, os mecanismos de segmentação que se manifestem em meio à complexa hierarquia escolar existente nas redes “comuns”. Suspeitamos que, em nosso caso, o silêncio e a quase ausência de regras para a disputa por vagas nas escolas que atendem à imensa maioria da população promove a desigualdade de oportunidades escolares de forma mais severa que a criticada pelos opositores de políticas de *school choice*. Enfim, o processo parece acentuar características promotoras de desigualdade social, ampliando as chances de quem já desfruta de algum benefício, frequentemente associado ao patrimônio de relações sociais.

Para abarcar as questões acima descritas, a primeira parte do artigo discute, brevemente, a literatura acerca dos quase-mercados educacionais e da escolha escolar. Descreve os mecanismos usuais dos quase-mercados educacionais e da escolha escolar, bem com as críticas de uma recente produção no âmbito da sociologia da educação ao funcionamento destes mecanismos. Usamos, assim, o conceito de quase-mercado como recurso analítico para compreender o fenômeno da disputa por escolas públicas que não podem ser caracterizadas como “de elite” ou “de excelência” no contexto brasileiro. Em seguida, o artigo apresenta um estudo de caso, levado adiante na Cidade do Rio de Janeiro, de caráter qualitativo e quantitativo, que nos permitiu observar evidências do funcionamento de mecanismos do que chamamos de um quase-mercado oculto, bem como evidências de possíveis conseqüências do seu funcionamento para a segmentação escolar. À guisa de conclusão, levantamos questões sobre as conseqüências da recusa em

reconhecer a existência do quase-mercado nas redes públicas e sobre alternativas que permitiriam pensar a dicotomia equidade-qualidade na educação pública brasileira.

Quase-mercado como recurso analítico

Buscando elementos conceituais que nos auxiliassem a compreensão de nosso objeto, encontramos razoável fartura de trabalhos voltados à temática do chamado quase-mercado educacional. Desde que políticas educacionais têm sido desenvolvidas tomando como premissa que a competição entre os agentes presentes no âmbito da educação escolar pode conduzir à solução para a ineficiência de sistemas escolares públicos, conforme ficou emblemático no Ato de Reforma Educacional britânico, de 1988, a polêmica tem se manifestado. Não é nossa intenção retomar a discussão em torno dessa concepção, oriunda de uma vertente do pensamento liberal, que aposta na competição como força promotora de progresso. É inevitável, porém, mencioná-la, pois a noção de quase-mercado, inclusive com caráter prescritivo, é indissociável do contexto de valores em que emerge.

O que nos parece o cerne do quase-mercado educacional é a idéia de escolha escolar (*school-choice*). Segundo as prescrições usuais, esse quase-mercado funciona a partir da concessão de oportunidades de escolhas entre um cardápio de escolas, que imporia, a partir da demanda (os estudantes/clientes), reações por parte da oferta (as escolas). Para os defensores de políticas educacionais que visam promover a escolha escolar e os quase-mercados educacionais, a combinação destes mecanismos pelo lado da demanda e da oferta traria como consequência maior autonomia, inovação e *accountability* das escolas e, conseqüentemente, melhores resultados escolares.

Considerando os pressupostos de uma perspectiva das teorias de escolha racional, pelo lado da demanda, a liberdade de escolha de escolas leva à diversificação de oportunidades educacionais. Isso porque, de um lado, permite maior interação entre casa-escola com a maior abertura das escolas para as demandas dos pais. De outro, os pais escolhem consistentemente as escolas que irão maximizar a utilidade de suas preferências, em especial as escolhas mais eficientes. De acordo com essa perspectiva, a informação, escolhas disponíveis e análise custo-benefício seriam elementos importantes para o processo decisório dos pais, que supostamente agem em um mercado escolar aberto, justo e não tendencioso (Berends & Zottola, 2009).

O lado da oferta, não mais blindado pela barreira de proteções típicas dos sistemas estatais do *welfare state*, teria de se ajustar, buscando captar estudantes, pela qualidade e o tipo da mercadoria – educação – que teria a oferecer. A partir da sinalização emitida por sistemas centralizados de avaliação educacional externa, a oferta tenderia a elevar sua qualidade pelo efeito agregado da competição por clientes¹. Frente à introdução destes mecanismos com orientação de mercado, as escolas e educadores teriam oportunidade e motivação para experimentar novas estratégias organizacionais e institucionais para melhorar os resultados de seus alunos e para atrair mais clientes.

Temos claramente a noção de um quase-mercado auto-organizativo, porém com dessemelhanças importantes com relação a um mercado típico.

Le Grand (1991) sintetiza as razões para a adição do “quase” ao clássico conceito de mercado.

“They are 'markets' because they replace monopolistic state providers with competitive independent ones. They are 'quasi' because they differ from conventional markets in a number of key ways... On the supply side, as with conventional markets, there is competition between productive enterprises or service suppliers.... However, in contrast to conventional markets, these organisations are not necessarily out to maximise their profits; nor are they necessarily privately owned. ... On the demand side, consumer purchasing power is not expressed in money terms. Instead it takes the form of an earmarked budget or 'voucher' confined to the purchase of a specific service.” (Le Grand, p. 1259)

Nosso ponto não é a defesa ou o ataque a vantagens e desvantagens da instauração de políticas de quase-mercado educacional. Parece evidente que, mesmo entre os defensores de tais políticas há o reconhecimento de suas fraquezas, das imperfeições e das externalidades negativas que podem promover.

De um lado, observamos críticas que se concentram no funcionamento de mecanismos no lado da oferta do quase-mercado educacional. No caso da reforma britânica, a maior procura dos pais por escolas de maior performance e o crescente controle das escolas, em detrimento das autoridades educacionais locais (LEAs), sobre políticas de admissão motivaram-nas, as escolas, a adotar procedimentos para alcançar um influxo de alunos mais favorável, evitando alunos “difíceis de ensinar” (West 2006 &

¹ O quase mercado educacional britânico, por exemplo, contava com a publicação das “School Performance Tables” informando a performance das escolas em testes padronizados. Estes seriam sinais claros para a identificação da qualidade das escolas (Bradley, Crouchley & Millington, 2000).

West & Pannell, 2002). Na mesma direção, Glennerster (1991) assinala que a tendência à seleção é forte, entre as escolas, o que contraria a concepção de quase-mercado como panacéia dos males dos sistemas escolares públicos, pelo previsível efeito de ampliação das desigualdades. Crítica similar quanto aos efeitos da introdução de mecanismos de seleção pelas escolas é posta para iniciativas de reforma educacional nos EUA (Astin, 1992).

Pelo lado da demanda, críticos aos pressupostos trazidos pela teoria da escolha racional argumentam que os pais, de um lado, não necessariamente escolhem as “melhores” escolas, e não necessariamente tiram os filhos das escolas ao constatarem maus resultados. Estudos mostram que pais valorizam padrões acadêmicos altos, currículos fortes e boas práticas de ensino, e em geral ranqueiam aspectos acadêmicos como critério mais importante de escolha. Entretanto, outros estudos mostram que a localização das escolas, status socioeconômico e raça também afetam a decisão final dos pais. Por exemplo, Bell (2005, 2006) mostra que os pais consideram critérios acadêmicos como os mais importantes e que pais de diversas origens de classe social usam formas similares para escolher as escolas de seus filhos. Entretanto, o conjunto de escolas que consideram e a probabilidade de escolherem uma escola de alta performance são diferentes. Isso porque as redes sociais de pais de diferentes classes e/ou grupos sociais os colocavam em contato com uma gama diferente de escolas. De forma similar, Holme (2002) argumenta que, para além dos rankings oficiais, julgamentos e rotulação das escolas como más ou boas, gerados no âmbito de redes sociais, também influenciam as escolhas escolares. Em redes sociais, em especial aquelas restritas a moradores de vizinhanças de alto status, circulam não só informações sobre o currículo da escola ou qualidade da instrução, mas a opinião de outros pais sobre a qualidade de escolas específicas (Holme, 2002).

Portanto, proponentes da escolha racional acertariam ao afirmar que a motivação dos pais gira em torno da crença de que estão selecionando as melhores escolas. Entretanto, tal perspectiva não é capaz de prever o resultado da escolha já que diversas pesquisas demonstram que os pais acabam por escolher escolas às quais são mais expostos, ou às quais julgam ser mais adequadas em termos étnico-raciais e socioeconômicos.

Já outros estudos apontam que as escolhas dos pais são mais complexas e compreendem diversos fatores que vão além do ranqueamento das escolas a partir de

critérios acadêmicos. Por exemplo, Berends e Zottola (2009) afirmam que pais com mais recursos selecionam escolas com composição de alunado de alto status socioeconômico. Mesmo que este critério muitas vezes não esteja dissociado de uma boa reputação e bons resultados acadêmicos da escola, tal procedimento incentivaria as escolas a adotar ações para atrair famílias de maior status socioeconômico, e não a ações de inovação organizacional para melhorar a qualidade, e menos ainda, a equidade educacional da escola.

Já Ballion (apud Nogueira, 1998), considera a escolha do estabelecimento escolar como decisão racional elaborada por parte dos pais a partir de um cálculo custo-benefício com vistas a maximizar seus investimentos². Entretanto, em seu estudo o autor é capaz de observar dois tipos diferentes de escolha: 1) escolha por características educativas (ensino religioso, disciplina, clientela, fatores pedagógicos – qualidade do ensino, equipamento, resultados escolares); 2) escolhas por razões de conveniência prática (proximidade geográfica, facilidade de transporte, preço, se tem amigos ou irmãos no estabelecimento escolar). O autor observa que o primeiro tipo de escolha é mais freqüente quanto mais elevada a posição social da família. Entretanto não trata estes diferentes tipos de escolha como predisposições inconscientes adquiridas no meio social de origem. Ambos são pensados como escolhas racionais que levam em conta o cálculo do tipo custo-benefício e dependem de diversos fatores: julgamento sobre o valor escolar do filho e apreciação de suas chances futuras, projeto educativo perseguido, informações sobre o sistema de ensino entre outros.

Berends e Zottola (2009), em recente coletânea sobre a pesquisa acerca da escolha escolar, apontam que a maior parte do esforço de investigação sobre a matéria tem refutado premissas das políticas de escolha escolar, à medida que se referem não somente a resultados de proficiência, mas aos três aspectos chave que tais políticas pretendem incrementar: autonomia, inovação e responsabilização. Os autores afirmam, ainda, que há escassez de pesquisas que abordem o que ocorre na “caixa preta da escolha escolar”. Pensam, assim, que é necessário investigar a estrutura e os processos sociais no

² De acordo com o autor os procedimentos de escolha incluem: 1) levantamento da oferta existente no mercado escolar; 2) seleção de grupo de estabelecimentos suscetíveis de satisfazer suas demandas específicas; 3) realização de cálculo tipo custo-benefício.

interior das escolas, das classes escolares e das famílias que possam, de alguma forma, promover sucesso escolar. Certamente, para os autores, isso não é dado.³

Diante desses argumentos, são um tanto desconcertantes os resultados de investigações expressas por Gorard e Fitz (2000) e Taylor e Gorard (2001). Resumidamente, esses autores apresentam evidências sólidas de que a política de estímulo a *school choice*, no Reino Unido, tendeu a reduzir a homogeneidade de composição social das escolas, trazendo por conseguinte um pouco mais de equidade a um sistema que, pelos procedimentos de regionalização das matrículas, demarcava com mais nitidez fronteiras econômicas e étnicas no sistema escolar. Segundo os autores, a retomada de regras de fechamento distritais, após 1998, produziu efeito de maior segmentação social entre as escolas.

Quase-mercado escolar, no mundo, no contexto brasileiro e da cidade do Rio de Janeiro

No contexto brasileiro, é reconhecida a acirrada contenda por vagas em algumas instituições públicas nitidamente distintas das demais, por sua reputação de alta qualidade. São poucas escolas, geralmente no nível federal ou ligadas a universidades públicas, as quais desfrutam de condições excepcionais, quando comparadas a seus pares da rede pública “comum”. Em número crescente, tais escolas vão substituindo mecanismos competitivos de acesso por provas, por outros procedimentos que introduzem alguma aleatoriedade no processo, como sorteios.

No âmbito das escolas privadas, é fácil falar de mercado e de escolha escolar (*school-choice*). Nosso foco, contudo, se volta a um fenômeno menos visível, mas de mobilização igualmente acirrada: a disputa por escolas que não freqüentam os topos dos rankings, não costumam aparecer em matérias jornalísticas nem obtêm destaque fora do âmbito restrito dos públicos a que atendem. Entre essas, afirmamos, há forte competição por parte dos alunos e, em escala mais reduzida, também disputa pelos alunos. Tais escolas, compondo a rede “comum”, municipal ou estadual⁴, no Rio de Janeiro

³ Berends e Zottola (2009) avançam em uma tipificação de aportes teóricos que, sob o ângulo da sociologia, têm tratado da questão da escolha escolar. As perspectivas da escolha racional, da teoria institucional, do capital social e da organização social da escola são descritas como fornecedoras de olhares que esclarecem o fenômeno.

⁴ Em 2006, no Estado do Rio de Janeiro, as matrículas nessas redes ultrapassavam os 80%, na educação básica.

constituem o grande desafio de elevação da qualidade da educação brasileira e, longe de compor o quadro homogêneo que pode ser depreendido do destaque quase exclusivo dado às demais escolas, se caracterizam por grande diferenciação, às vezes no mesmo bairro, a poucas quadras de distância.

Sob esse ângulo, podemos afirmar que existe um forte quase-mercado educacional, no Brasil, conforme caracterizado na discussão originária do pensamento econômico e de políticas de reforma educacional desencadeadas nas últimas décadas do século XX. Esse quase-mercado, porém, apresenta características originais, dado que seus mecanismos são pouco visíveis ou mesmo deliberadamente ocultados.

Van Zanten (2005) resenha circunstâncias diversas em que situações de quase-mercado se desenrolam em contextos europeus. Essa autora acentua o lado da oferta, assinalando os aspectos de competição por alunos postos em prática, segundo artifícios por ela descritos, pelas burocracias dos estabelecimentos escolares.

Podemos supor que, no caso do Brasil, nas escolas públicas comuns, parece que há principalmente concorrência dos alunos por escolas, diante de uma oferta muito limitada de estabelecimentos com reputação destacada. O papel ativo das escolas na seleção não deve ser dificultado pela concorrência marcada com outras escolas públicas consideradas de bom padrão, dada a escassez dessas. Além disso, no Brasil, a baixa autonomia e de responsabilização clara limitam a competição entre escolas.

Na Europa, nos casos estudados, como no Brasil, parece que a reputação é o diferencial atrativo de uma escola. Essa reputação se constrói fundamentalmente pelo perfil do alunado atendido. Por caracteres distintivos típicos da divisão sócio-cultural.

Lá, como cá, procedimentos e mecanismos não previstos formalmente, irregulares ou mesmo ilegais são relatados, contrariando, pelo dinamismo da competição, princípios de equidade de oportunidades tão caros ao pensamento liberal. Há, portanto, dispositivos ocultos, termo que também é usado pela autora.

“No público, os estabelecimentos devem respeitar regras estritas de matrícula, mas a existência de uma demanda por parte dos pais da classe média e alta incita as escolas mais populares a infringir essas regras de maneira legal ou ilegal;” (Van Zanten, 2005, p. 576)

Distinta em grau, a competição por escolas públicas precisa ser contextualizada. Conforme observa a autora acima, em países em que a liberdade de escolha prevalece como valor (p.ex. a Bélgica), menos constrangida pelo valor da igualdade, o quase-

mercado é mais francamente praticado. Já, em países como a França, ele assume feições mais ocultas, o que significa também seu deslocamento para dentro das escolas, na organização de turmas⁵. Por outro lado, deve ser considerado que, diferentemente do contexto europeu em geral, no Brasil não parece haver demanda consistente, pressão efetiva de setores estatisticamente relevantes de classes médias no quase-mercado das escolas públicas. Apesar de ser necessária investigação mais detida, a impressão é que esses setores se afastaram fortemente, ao menos no Rio de Janeiro e nos maiores centros urbanos, das grandes redes públicas de ensino básico.

No Brasil, supomos, onde a deterioração das redes públicas atingiu graus elevados, a menor variabilidade em termos socioeconômicos do público atendido não deve corresponder a uma equivalente menor variabilidade de qualidade e posição de mercado das escolas. Parece que nosso quadro é de ainda maior desigualdade, dada a escassez de boas ofertas reconhecidas.

No estudo de cinco países de Van Zanten (2005), há percepções importantes para pensarmos o caso brasileiro. Porém, o mais relevante, no Brasil, onde as escolas públicas dispõem de poucos recursos diferenciadores nas estratégias de atração, é a reputação consolidada das escolas. Há, ainda, o fenômeno da diferenciação interna por turnos, algo típico da América Latina. Tanto em nossa pesquisa quanto relatado por Van Zanten (2005), há frequentemente duas escolas em uma. Ao turno da tarde são relegados os “piores” alunos e, por conseguinte, menos atenção e recursos de toda sorte. Também nessa instância, observamos disputa por posições⁶.

De fato, mesmo na inexistência de políticas oficiais que estimulem a escolha escolar, que adotem um sistema de conseqüências (recompensas, intervenções, controles) para os estabelecimentos associados a tais escolhas, é bastante plausível pensarmos em quase-mercados educacionais. No caso brasileiro, não havia, até muito recentemente, qualquer iniciativa mais expressiva de políticas de responsabilização, quiçá de escolha escolar. Entretanto, podemos esperar que a população disponha de sinais de classificação hierárquica das escolas – públicas e privadas – e os utilize na busca por escolas para seus

⁵ A autora relata que, na França, apesar de desaconselhada ou proibida a prática da organização intra-escolar por grupos de habilidade, essa prática é disseminada, à revelia das autoridades escolares. Já em outros países, como a Hungria, ela é instituída.

⁶ Uma mestranda, integrante de nossa equipe de pesquisa, com trajetória escolar toda em escolas públicas “comuns”, conta que ao ingressar no ensino médio de uma escola estadual suburbana logo descobriu que precisaria mudar para o turno da manhã, sob pena de não cumprir currículo que lhe desse chances mínimas de concorrer à universidade.

filhos. No entanto, estes sinais que permitem uma hierarquização das escolas não serão tão claros como em quase-mercados regulamentados.

Por seu turno, as escolas ou, mais adequadamente, as burocracias escolares e de nível intermediário da administração educacional não são, ao contrário do que as prescrições mais ortodoxas de quase-mercado educacional preconizam, apenas reagentes à demanda. Elas participam ativamente do processo, modelando a oferta e limitando as possibilidades de escolha. E, no quase-mercado oculto, também observaríamos mecanismos de seleção pouco claros se comparados com os quase-mercados regulamentados.

Outros estudos registram o funcionamento de mecanismos parecidos, mesmo na ausência de políticas de *school choice*. Yair (1996) ao analisar o contexto de uma cidade de Israel, traz importante contribuição à nossa discussão, ao propor a necessidade de uma “ecologia do mercado” como conceito básico para compreender o trânsito de alunos entre escolas. Para ele, quando se trata de um sistema de vagas com “posições fechadas”, um mercado de vagas, não é possível analisá-lo seguindo um modelo de indivíduos isolados, buscando posições segundo suas características e disposições pessoais. Para além do modelo individualista, para o autor, devemos pensar em resultados agregados das escolhas, como constrangimentos das próprias escolhas possíveis (elemento estrutural). Ele pensa em um sistema integrado em que um tipo de escola permite a existência de outro. Por exemplo, escolas de maior seletividade dependem de outras que recebam os alunos que são delas expelidos.

Em suma, conforme a tese de Yair, estudantes competem por escolas, mas escolas não apenas competem, como também colaboram, na divisão dos estudantes. Ao final, a ecologia do mercado escolar pode impedir ou, ao menos, limitar severamente, a escolha livre e o mercado livre. A competição ou colaboração (divisão de trabalho) entre as escolas seria dirigida pelas escolas de alto prestígio, que delimitam as escolhas das demais, dispondo essas de escolhas dependentes ou, em muitos casos, de nenhuma escolha⁷.

Davies e Quirke (2007) também encontram indícios em Toronto, Canadá, de um quase-mercado não sinalizado por uma cultura de testes padronizados, nem induzido por

⁷ Van Zanten (op. cit.) se refere a uma tipologia das escolhas que as escolas fazem de seus alunos, contendo três categorias, que vão de uma seletividade mais estrita, para os estabelecimentos mais reputados, até a ausência de escolha, para aqueles que “herdam” os não passíveis de admissão pelos demais. ⁸ Inclusive Glenn (2009), que é forte defensor de um sistema de escolha virtuoso.

uma forte política oficial, mas como resultado da segmentação em nichos do jogo entre demanda e oferta de escolas. Algo equivalente a nosso quase-mercado de escolas públicas.

Como já mencionado, praticamente todos os autores que tratam de quase-mercado e *school-choice* de um ponto de vista analítico tecem severas considerações sobre possíveis efeitos negativos da escolha escolar⁸, em casos extremos indicando até movimentos disruptivos da sociabilidade nacional, já que em algumas circunstâncias – parece o caso no leste europeu pós-socialista – a combinação de *school-choice* com ampla autonomia escolar tem conduzido inclusive a diversidades grandes em termos curriculares e canalização de recursos públicos para iniciativas comunais, sub-nacionais, étnicas e religiosas (Heyneman, 1997).

Não assumimos a priori contrário a políticas que, em algum grau, estimulem a liberdade de escolha de escolas e a diversificação controlada de ofertas por parte destas. Contudo, nosso contato preliminar com a literatura e, sobretudo, as pesquisas já realizadas sugerem que o quase-mercado oculto que afirmamos existir em nosso contexto, combinado à reconhecida precariedade da oferta escolar pública, produz efeitos impulsionadores da desigualdade de oportunidades. Na próxima sessão analisamos algumas entrevistas que identificam alguns dos mecanismos pelo quais esse fenômeno ocorre.

Algumas evidências do funcionamento do quase-mercado oculto: o contexto do Rio de Janeiro

Para iniciar nossa tentativa de desvendar o funcionamento do assim chamado quase-mercado oculto no contexto da cidade do Rio de Janeiro, recorreremos a análise de entrevistas realizadas com 20 professores e 5 diretoras da rede municipal de ensino fundamental, bem como 20 entrevistas realizadas com pais de alunos⁹. Tentamos observar os mecanismos pelo lado da demanda, buscando identificar: (i) os critérios utilizados pelos pais para escolher os estabelecimentos escolares de seus filhos; (ii)

⁹ As entrevistas aqui mencionadas correspondem à fase inicial de um projeto de pesquisa em curso, que pretende associar esse procedimento exploratório à realização de um survey domiciliar. As entrevistas com pais foram obtidas por critério de conveniência, a partir de contatos com integrantes da equipe de pesquisa, especialmente alunos de graduação. As demais entrevistas foram provenientes de investigações anteriores, de projeto de pesquisa em fase de conclusão e algumas originais. Os extratos aqui apresentados exprimem percepções recorrentes em diversas entrevistas.

evidências sobre o papel das redes na formação e circulação de informação sobre a reputação das escolas. No que diz respeito ao lado da oferta no quase mercado oculto, observamos evidências sobre os possíveis processos utilizados pelas escolas para “selecionar” seus alunos.

Observamos, em primeiro lugar, pelo lado da demanda, os critérios usados pelos pais para escolher as escolas foco de nossa pesquisa: escolas públicas de ensino fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro. Entre os critérios mencionados pelos pais, observamos diversos motivos que se aproximam do tipo descrito por Ballion como escolhas por conveniência prática. A mais freqüente no discurso dos pais é a proximidade a residência:

“Responsável: Primeiro porque é a escola que eu estudei e segundo pela proximidade do meu local de residência.”

Mesmo quando os pais matriculam seus filhos longe de seu local de residência, podemos observar critérios de conveniência prática para tais escolhas, tais como a proximidade ao local de trabalho dos pais:

“Entrevistadora: E por que você escolheu a Gávea?

Responsável: Porque eu trabalho aqui e ela já vem comigo”.

Mesmo os pais que realizam a escolha por características educativas focalizam muito mais em fatores relacionados à disciplina e à organização da escola do que no seu desempenho acadêmico, como esperado pela teoria da escolha racional. A segurança aparece como importante fator:

“Entrevistador: E por que a escolha pela Escola X e não, por exemplo, pela Y¹⁰?

Responsável: Mais pela estrutura do Forte, porque lá como tem segurança porque é uma escola dentro do Forte XX, a gente se sente mais seguro.”

A visão da “qualidade” da escola também é formada a partir de características organizacionais da escola:

“Entrevistador: Mas por que a escolha da Escola Z?

¹⁰ Ambas escolas de boa reputação, na mesma região, mas com nítida vantagem para a Escola Y. A primeira escola fica dentro de uma unidade militar.

Responsável: Porque já era uma escola que a gente tinha referência de ser uma escola boa, por ser pequenininha, poucos alunos, tinha a diretora que diziam que era muito boa, que a escola era sempre muito organizada.”

Ainda é interessante notar neste tipo de escolha os pais usam as suas redes sociais para obter informação sobre a escola:

“Responsável: Minha vizinha de rua. Eu conversando com ela, disse que queria uma escola que a turma não fosse muito grande e agitada... E essa minha vizinha me indicou esta escola, disse que é como uma escola particular.”

E em especial quando conseguiram vagas em escolas de alto prestígio, frequentemente mencionam redes sociais (conhecimento de alguém que trabalha na escola ou que tem filhos matriculados na escola) como forma de acesso a uma vaga:

“Entrevistador: Como que a sua filha teve acesso a essa escola?...”

Responsável: ... foi por indicação que ela conseguiu. Imagino que sem a indicação fosse mais difícil.”

“Entrevistador: E na Escola W com a senhora conseguiu vaga para as duas meninas?”

Responsável: Porque eu conhecia a diretora.

Entrevistador: E na Escola Q?

Responsável: Porque eu também conhecia a diretora.

Entrevistador: Então foi garantida a vaga deles. Sem entrar em fila

Responsável: Sim, sem fila. Inclusive foi a própria diretora da Q que deu uma grande ajuda indicando os três.”

Mesmo na ausência de políticas que promovam a escolha de escolas, observamos que os pais apresentam os mais diversos motivos para realizar a escolha de qual escola vão matricular seus filhos. Como veremos mais adiante, o tipo de escolha tem grande impacto sobre a probabilidade dos pais matricularem seus filhos em escolas de maior prestígio, mesmo que os critérios relacionados a resultados escolares não apareçam de forma clara em suas falas.

Além disso, observamos a importância das redes sociais tanto para o acesso a informações sobre a reputação de escolas como para o acesso as vagas a estas escolas de

maior reputação. Se Bell (2005, 2006) aponta resultados desiguais gerados pelas escolhas de pais com diferentes origens e redes sociais, mesmo na presença de sinais claros informando a *school-choice*, podemos esperar que, no caso brasileiro, na ausência de sinais claros, a diferenciação das oportunidades de escolha seja ainda mais pronunciada.

Enfim, mesmo na ausência de políticas que incentivem a escolha de estabelecimento escolares, no contexto do Rio de Janeiro, em que não há restrições de ordem geográfica para a matrícula em escolas de ensino fundamental, observamos escolas com menor prestígio, pouco procuradas por pais, e aquelas com prestígio mais elevado que enfrentam grande demanda por parte dos pais. A partir da realização de entrevistas com professores e diretores de escola pudemos observar que, na ausência de regras formais para seleção de alunos, diversos mecanismos obscuros, entram em vigor na seleção de que alunos terão acesso às escolas de maior prestígio.

Uma breve descrição dos procedimentos regulares de matrícula no Rio de Janeiro indica caminhos pelos quais o quase-mercado escolar opera, no âmbito das escolas municipais, focalizando a oferta, a escolha de alunos pelas escolas e a ecologia do equilíbrio entre elas.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que a maioria das escolas concentra seus alunos em um segmento do ensino fundamental ou infantil. Algumas escolas, poucas, cobrem desde a educação infantil até o segundo segmento do fundamental. Mesmo essas, porém, não costumam ter uma oferta regular de vagas que assegure a estabilidade de seu alunado. É comum haver aumento ou redução de turmas na transição de um para outro segmento. Ocorre, portanto, intensa movimentação de alunos entre escolas. Essa movimentação é, parcialmente, regulada nos pólos de matrículas – subdivisões em grupos de 8 ou 10 escolas, com proximidade geográfica e oferta de segmentos diversos de ensino.

Há, basicamente, três, talvez quatro, fases na atribuição de matrículas de alunos. A primeira é o chamado remanejamento. No segundo semestre letivo, as direções solicitam a pais e responsáveis de alunos em vias de conclusão do segmento que preencham uma lista ordenada com três escolhas de escolas para remanejamento de seus alunos, desde que constem do pólo de matrícula. A partir dessas escolhas, as escolas se reúnem e as vagas das escolas receptoras são distribuídas entre as que enviam alunos.

A segunda etapa consiste na oferta pública das vagas remanescentes, não preenchidas, diretamente à demanda pública, em datas predefinidas. Cada pólo de

matrícula, com todas as suas escolas, se reúne em um mesmo local e candidatos às vagas são atendidos em sistema de matrícula informatizada *on line*. Cada vaga disponível em uma escola pode ser ali ofertada e mesmo alunos que já dispusessem de vaga assegurada em alguma escola na fase anterior podem nessa ocasião efetuar uma troca. Alunos provenientes de fora do sistema também podem ingressar.

Uma terceira etapa ocorre diretamente nas escolas, desde que essas ainda disponham de vagas, passadas as fases anteriores. As direções das escolas, nessa fase, efetuam diretamente suas matrículas.

Por fim, pode-se considerar a existência de uma quarta fase, que se processa ao longo do ano escolar, também diretamente nas escolas.

Como se pode observar, não há exatamente um processo desregulado. Regras e procedimentos formais são estabelecidos. O resultado, entretanto, facilmente perceptível através de simples visita a escolas, sugere ausência de aleatoriedade. As escolas tendem a uma certa homogeneidade socioeconômica. No caso do Rio de Janeiro, esse flagrante desfecho não pode ser ofuscado pela distribuição regional da desigualdade social. Nosso padrão de ocupação urbana, o modelo carioca de segregação residencial combina proximidade geográfica com distância social (Ribeiro, Alves & Franco, 2008). As favelas espalhadas por toda a cidade conturbam um modelo clássico de segregação em círculos geográficos concêntricos. Apesar disso, essa “mistura” não se expressa em algumas escolas – exatamente as mais prestigiadas.

Nosso desafio é compreender os mecanismos pelos quais a segmentação escolar vai se construindo ao longo de um processo de recrutamento escolar, no âmbito de uma rede pública, na ausência de procedimentos formais, regulamentados, que contribuiriam para o resultado encontrado. Conforme informado e descrito acima, não encontramos qualquer regra de distribuição de vagas que favorecesse ao contraste marcante da composição social das escolas. Não há distritalização de matrículas – as vagas são formalmente livres a qualquer postulante, independente de seu local de residência. No caso do Rio de Janeiro, a distância física não pode ser argumento para a diferença de composição socioeconômica, em maior parte da Cidade. Não há, ainda, qualquer aferição formal de desempenho associada à seleção de ingresso por esse critério.

Vimos construindo um modelo esquemático para compreender a situação, o que nos permite formular as seguintes hipóteses.

1) A segmentação socioeconômica – e de desempenho – entre as escolas começa bastante cedo. A formação de circuitos virtuosos e viciosos se dá a partir da creche ou da educação infantil, pelo tipo (prestígio) da escola na qual se acede à primeira vaga. Esse mecanismo opera por meio do remanejamento de vagas na primeira fase de matrícula, com algumas escolas encaminhando preferencialmente alunos para outras de prestígio equivalente. A distribuição de vagas neste remanejamento, entre escolas de um mesmo pólo de matrículas, segundo relatos colhidos, não obedece a critérios de aleatoriedade. Direções de escolas oferecem blocos de vagas às escolas demandantes. Dessa forma, escolas que gozam de alto conceito tendem a oferecer suas vagas preferencialmente a alunos de escolas que lhes seriam equivalentes. Portanto, o tipo de percurso escolar seria fortemente marcado pela primeira vaga conseguida. Tivemos mesmo o depoimento de uma diretora de escola de educação infantil que, relatando sua participação em uma reunião de pólo de matrícula, observou a direção de uma escola bastante procurada informar que não abriria qualquer vaga para a demanda de dois CIEPs que compunham o mesmo agrupamento¹¹. Nessa mesma escola, por exemplo, têm vagas asseguradas todos os alunos provenientes de uma escola de educação infantil próxima, que atende a uma população de mesmo perfil.

2) Com uma grande rede escolar pública, em meio a uma grande metrópole, “ajustes” vão ocorrendo ao longo do percurso escolar. Assim, todas as fases descritas acima, nas quais é possível conseguir uma vaga em alguma escola, são permeáveis à decisão discricionária por integrantes da burocracia educacional. No remanejamento entre escolas, tivemos relatos de distribuição desigual, por critérios que levam em parecem levar em conta fatores adscritos dos alunos. Há dois níveis nessa decisão. No primeiro, a escola que recebe alunos pode privilegiar vagas para aquelas que lhe sejam mais próximas, do ponto de vista da composição social. No segundo nível, atribuídas essas vagas, a burocracia das escolas “fornecedoras” de alunos decide quais deles terão seus pleitos aceitos. Dessa forma, alunos mais “adequados” a uma ou outra escola vão sendo encaixados em escolas nas quais, supostamente, encontrarão maior afinidade. Na segunda e na terceira fase, igualmente, é possível que escolas mais demandadas admitam alunos oriundos de determinada escola, mas não de outra. Área de moradia e demais caracteres socioeconômicos podem ser considerados, dado que não há obrigação de

¹¹ Como é corrente no Rio de Janeiro, os CIEPs estão entre as escolas de mais baixo prestígio, sendo caracterizados como escolas destinadas aos mais pobres, a favelados. (Depoimento colhido em 2007).

aceitar um aluno, havendo vaga em outra escola da área. É interessante observar que, reforçando a primeira tese acerca do caráter precoce da definição de trajetórias escolares, nesse contexto, um critério sempre relatado se refere a prioridades em vagas para irmãos de já matriculados em uma escola.

Esquemáticamente, um estudante cuja família consiga vaga em uma creche municipal (sabemos que há escassez relativa dessas vagas¹²) tem aumentadas suas probabilidades de estar iniciando um percurso por escolas que gozam de melhor reputação, em meio à rede pública. Essa probabilidade, porém, não se esgota aí, estendendo-se a seus irmãos mais novos que terão maior chance de acesso a tais escolas. O circuito virtuoso pode assumir, assim, aspecto hereditário, acentuando condicionantes do meio social de origem e reforçando as estratégias familiares educógenas, consagradas na literatura sobre escolhas familiares, e o capital social. Trajetória oposta é mais provável para aqueles que, desprovidos de capital social, iniciem sua escolarização mais tardiamente e/ou em escolas que desfrutem de menor prestígio relativo.

O trecho de uma entrevista realizada com uma professora da rede ilustra o funcionamento do remanejamento de alunos entre as escolas:

“Pesquisador: A criança estudava nessa escola da comunidade e ela por estudar nessa escola é mais fácil entrar na Escola S ou não?”

Professora: ... Determinadas escolas mandam direto para outras. Isso existe sim. Por exemplo, essa escola que eu tava, da tarde (...), as crianças que entravam lá, no início, vinham direto, por exemplo, a minha turma era toda da Escola J, que é lá nos Prazeres.... Não necessariamente que todos tenham que ir pra lá, mas a indicação é daqui para lá.”

Escolas que gozam de maior prestígio enfrentam com menor intensidade o dilema de ter que escolher quais alunos remanejar para aquelas que gozam de prestígio equivalente, dado que tendem a receber mais vagas dessas. Já nas escolas com menor reputação, provavelmente, mais “escolhas de Sofia” devem ser inevitáveis.

3) À escolha das famílias se conjuga a escolha das escolas, que podem exercer ação “pedagógica” sobre aquelas, conduzindo e ajustando as famílias a suas próprias

¹² A cobertura no Rio de Janeiro, na faixa até 3 anos de idade, é das mais altas no Brasil, estando ao redor dos 30%, tendo sido quase universalizado o atendimento na educação infantil (4 e 5 anos). Na faixa de 0 a 3 anos, a cobertura nas camadas de renda mais alta beira os 90%. É possível, portanto, concluir que há forte componente de origem social no acesso a creches.

escolhas. O aconselhamento e a ascendência técnica exercido pela burocracia escolar influencia as decisões familiares. Tivemos relatos dessa ascendência, que procuraria desestimular uma escolha familiar com o argumento pedagógico da grande chance de que alunos sejam reprovados em uma escola mais exigente, caso não apresentem supostamente potencial para acompanhar seu ritmo. Evitar a frustração e o risco de uma trajetória escolar truncada parece funcionar como argumento limitador de aspirações de acesso a escolas de maior prestígio. Exemplos opostos também parecem ocorrer, ainda que mais raramente.

As direções escolares tendem a adotar argumentos pedagógicos e de caracterização individual dos alunos para explicar a alocação que fazem de seus alunos enviados a escolas ordenadas na hierarquia escolar raramente admitida, mas facilmente observável.

As seguintes falas ilustram alguns dos “critérios” informais utilizados pelas diretoras de escolas de alto prestígio na seleção de seus alunos:

“Professor: Eu lembro, que uma vez uma mãe foi fazer uma matrícula, aí a diretora falou assim: Não, não. Não tem vaga não. Aí eu falei: Poxa, Lucia, você não vai dar vaga pra menina não? Essa aí é a irmã do Igor, um menino muito bom. Aí ela falou: Aquele Igor, que escrevia aqueles textos bons pra caramba? Eu falei: É!! Aí ela gritou a mulher e mandou chamar ela de volta e conversou com ela e a irmã do menino conseguiu a vaga, entendeu? Tem uma seleção de até quem vai entrar e quem não vai. Se a direção da escola puder pegar aquele aluno que ela sabe que vem de uma família participativa, que se preocupa em dar apoio à criança em casa e tudo mais, ela pega, e se puder descartar aquele que ela vê que vai dar problema para a escola, porque já conhece o “histórico” do aluno, aí ela descarta.”

“...pode acontecer, aí não é só aqui é em todas as escolas, de se você tiver uma direção que abra uma brechinha pra assim, mais um aluno. Chegou uma pessoa... É sempre maleável... E você é conhecido de alguma pessoa que fala assim – não, preciso muito pra essa criança, tem como colocar? Ai depende... Ela analisa, depende da direção, da quantidade de aluno por turma, se pode ainda, se pode extrapolar o limite, dependendo da turma... É maleável. Mas tem um limite certo. Isso são casos especiais.”

De outro lado, observamos que escolas de baixo prestígio e que possuem maior número de vagas disponíveis acabam acolhendo alunos indesejados por outras escolas da rede:

“Professor: Aqui eles vão seguindo com dificuldade, eles vem de outras escolas onde já deram problema e vem pra cá. Se você for observar os alunos problemáticos dessa escola, os alunos novos que vieram pra cá esse ano e for verificar, eles já vêm de pelo menos duas escolas daqui da ilha mesmo. E eu não sei porque, aí não me pergunta por que? Por que eles caem tudo aqui?(...)”

“Teve esse caso. Ela pegou uma arma do tráfico, assaltou o açougue e prendeu o velhinho lá dentro. Ela foi presa, agora tá solta, e aonde ela está estudando? Aqui. E a diretora fala, não é possível, tudo vem pra cá! Mas tem que ser aqui, entendeu? Então, como é que pode o índice ser bom? Vai juntando um grupo bem característico.”

4) A percepção de uma distribuição de vagas pouco regulamentada, favorecendo a formação do que definimos como um quase-mercado escolar, permite também vislumbrar outras possibilidades, especialmente de intervenção político-administrativa na composição do alunado de escolas. Encontramos relato de uma nítida intervenção no remanejamento, por instância superior à escola. Uma determinada escola, gozando de boa reputação, passou, por determinação superior, a remanejar todos os seus alunos de final do primeiro segmento para uma escola do segundo segmento que gozava de má reputação. Essa decisão, contudo, não deixa de confrontar reações de pais, que buscam, então, a alternativa da matrícula diretamente no pólo ou nas escolas.

5) A permeabilidade do sistema o torna suscetível, ainda, a influências do que podemos caracterizar como patrimonialismo e clientelismo. Inúmeros são os relatos colhidos acerca de interferências políticas na obtenção de vagas. Também demandas emanadas no interior da própria burocracia educacional tendem a se impor. Apesar de evitar tocar no assunto, as direções de escolas mais prestigiadas não chegam a refutar o fato de que precisam atender a demandas que correm por fora dos caminhos formalizados. Os recursos utilizados são a não oferta de todas as vagas disponíveis nas etapas de matrícula centralizadas e o aumento do número de alunos em turmas que já haviam alcançado sua lotação. Forma-se, assim, como que uma reserva de vagas a serem preenchidas diretamente pela direção escolar. Reciprocidade no acesso a algum favor

parece estar na base de tal sistema de troca, inclusive entre integrantes da própria burocracia educacional.

Por fim, as evidências encontradas justificam o uso do conceito de “quase-mercado oculto”? É oculto porque não há mecanismos formais, explícitos, de seleção de alunos em cada estabelecimento. São procedimentos velados que permitem a algumas escolas operar ativamente no mercado, que, do ponto de vista legal e formal, não é nem pode ser fechado. Há vagas para todos – ao menos no nível de ensino estudado. A rede estudada, assim como as demais redes públicas que conhecemos no Brasil, não dispõe de procedimentos que permitam filtrar claramente seus alunos (testes de acesso ou mecanismos legais de exclusão e seleção). No entanto, há forte seletividade por parte de algumas escolas mais conceituadas, que ocorre de forma velada. A existência de uma parca independência de gestão escolar - mesmo que esta não tenha sido estimulada por uma política deliberada - tem levado a artifícios de “esconder vagas”, ou à rejeição de alunos¹³. A evasão – normalmente transferência – é algo operado sutilmente, por meio do apelo freqüente aos pais e da sugestão de uma alternativa escolar mais “condizente” com o perfil escolar do aluno indesejado.

Como resultado, podemos esperar um sistema altamente hierarquizado, a partir de critérios fluídos, aparentemente associado a mecanismos de seleção por origem social e por redes de contatos. Um *survey* realizado em 6 escolas municipais de ensino fundamental do Rio de Janeiro traz evidências da hierarquização do sistema escolar público¹⁴.

Os dados foram organizados por escola, tendo sido adotada denominação que indica a área de cidade em que se encontram, acrescida de um sinal + ou – indicando o prestígio relativo da escola, na comparação com sua correspondente geográfica. Assim, são duas escolas para cada Zona escolhida na Cidade (Norte, Tijuca e Sul), com prestígio positivo ou negativo. Dessa forma, quando nos referirmos à escola T+, estaremos tratando da escola considerada de alto prestígio situada na Tijuca. Da mesma forma, a

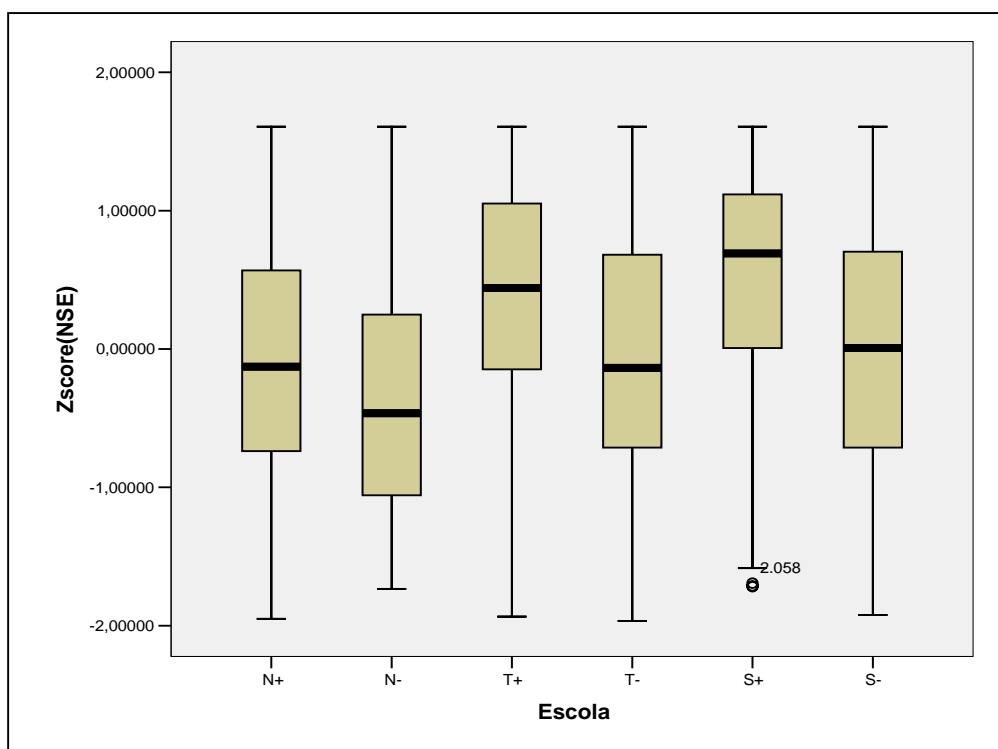
¹³ Nossa pesquisa qualitativa colheu evidências de recusa por parte de algumas escolas em receber alunos de determinadas outras ou de oferecerem, nos espaços formais para trânsito de alunos entre estabelecimentos escolares, número mais reduzido de vagas do que seria esperado.

¹⁴ Os referidos dados foram obtidos a partir de um *survey* realizado no segundo semestre de 2006. Estudantes de 5ª a 8ª séries, recebiam um questionário com 55 questões versando sobre sua vida escolar pregressa; a composição de sua família; suas características demográficas gerais; hábitos e práticas cotidianos; percepções e expectativas; seu meio de convivência; e, por fim, inúmeros aspectos de sua escola atual.

escola N- é a situada na Zona Norte, gozando de baixo prestígio. Há forte distinção socioeconômica entre essas áreas. A essa desigualdade se somam profundas diferenças no acesso a serviços públicos, bens culturais, etc. A região mais pobre e mais desprovida de bens e serviços é a Zona Norte, seguida da Tijuca e adjacências, e, na série, pela Zona Sul – a região economicamente mais afluyente da Cidade.

Os resultados apresentam forte diferenciação socioeconômica entre as escolas, segundo as regiões da Cidade, mas também intrarregional.

Tabela 1 – Nível Socioeconômico (padronizado), por escola na amostra



Quadro 1 – Distribuição do resultado na Prova Brasil 2007, por escola, segundo padrões de demanda e oferta

IDEB das Escolas por Condição da Demanda e da Oferta

		OFERTA	
		Com seleção	Sem seleção
DEMANDA	Alta	S+ 5,96 T+ 5,56	N+ 4,91
	Baixa	22	S- 4,83 T- 4,76 N- 4,10

Na tabela 1 e no Quadro I, para além da hierarquização referente a diferenças socioeconômica da população residente em cada área da cidade, observamos a seguinte tendência:

- 1) no primeiro quadrante (esquerdo superior) estão as escolas (S+ e T+) que, pelo lado da demanda, são caracterizadas pela predominância de pais que dizem ter escolhido estas escolas a partir do critério de qualidade e/ou pelo prestígio que gozam. Pelo lado da oferta, são escolas em que foram observados o uso de certos critérios informais de seleção do alunado. É interessante notar que, entre as escolas estudadas, são estas as que apresentam a maior média do nível socioeconômico dos alunos e as que alcançam maior nota no IDEB de 2007.
- 2) no segundo quadrante (direito superior) está a escola (N+). Pelo lado da demanda, a escola é caracterizada por pais que buscam uma escola de maior prestígio/qualidade. Entretanto, pelo lado da oferta, a escola é caracterizada por ter um acesso mais universal, se comparada com as escolas S+ e T+. A escola, apesar de ter alunos com um nível socioeconômico parecido com as escolas S- e T-, apresentou um IDEB ligeiramente mais alto do que elas.
- 3) No terceiro quadrante (direito inferior) encontramos as escolas S-, T- e N-. Essas escolas são caracterizadas, pelo lado da demanda, pela predominância de pais que disseram ter escolhido a escola por proximidade de sua residência e no lado da oferta, são escolas em que não foram observados o uso de critérios informais para a seleção dos alunos. Essas escolas apresentam alunos com nível socioeconômico inferiores e IDEBs mais baixos se comparadas com as escolas do primeiro quadrante.

Por fim, apesar das evidências acima apresentadas estarem baseadas em um estudo que considerou somente 6 escolas da rede municipal de ensino fundamental, a divisão das escolas de acordo com o tipo de oferta de vagas e do tipo de escolha dos pais parece ilustrar a estreita relação entre o funcionamento de mecanismos do quase mercado-oculto e a hierarquização das escolas dessa rede.

Comentários finais

Esse trabalho procurou levantar hipóteses que permitam compreender o marcante quadro da desigualdade social manifesta na desigualdade de oportunidades escolares, no

Brasil. Um estudo de caráter exploratório, no Rio de Janeiro, foi usado como ponto de partida à articulação de uma pesquisa mais abrangente geográfica e metodologicamente, ora em curso. Ainda assim, foi possível constatar o funcionamento de um quase-mercado oculto no contexto da rede municipal de ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro, mesmo que os pormenores de seu funcionamento ainda precisem de mais investigação para que sejam mais claramente compreendidos.

Vários pesquisadores no contexto brasileiro investem contra a “escolha” com base em argumentos de estratificação e desigualdade e a partir da defesa de princípios universalistas e includentes que não condizem com a real organização da rede. Porém, como defende Coleman, a ausência de escolha não evita a estratificação:

“Stratification among the elementary and high schools is not absent, just because choice is not allowed; it is present in the extreme, and it is present in a form that deprives it of the incentives that stratification systems at their best bring about.”(Coleman, 1992, p. 261).

Talvez, a situação de quase-mercado existente no contexto brasileiro – sem todos os componentes da matriz conceitual que propõe adotá-lo como política pública - promova situações de maior iniquidade social do que traria os critérios mais claros característicos de um, de fato, quase mercado, com regras claras de escolha de escolas, transparência nos mecanismos de alocação e sinalizadores eficazes da proficiência agregada pelas escolas a seus alunos. Experiências com sistemas de incentivos baseados em mensurações de conhecimento agregado e em indicadores de fluxo escolar podem ser alternativa interessante para os que se preocupam com a aparente imobilidade dos padrões de disparidade educacional observados no país. É, contudo, imprescindível atentar para o trânsito de alunos entre escolas e para elementos discricionários no acesso, fatores que podem mascarar processos de segregação social, não permitindo chegar a uma boa equação para o binômio equidade-qualidade em nossas escolas. Nesse caso, *school-choice* pode caracterizar um quase-mercado escolar oculto com alto padrão de iniquidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M. T. G. & SOARES, J. F. (2007) Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45. pp. 25-58.
- ASTIN, A. W. (1992). Educational "Choice": Its Appeal May be Illusory. **Sociology of Education**, Vol. 65, No. 4, 255-260.
- BELL, C. A. (2006). Real Options? The Role of Choice Sets in the Selection of Schools. **Teachers College Record**, Janeiro 09, 2006. Web site <http://www.tcrecord.org>.
- _____. (2005). All Choices created equal? How good parents select "failing" schools. Retirado em 22 de Junho, 2008, da Columbia University, National Center for the Study of Privatization in Education. Web site: http://www.ncspe.org/publications_files/OP106.pdf.
- BERENDS, M. and ZOTTOLA, G. C. (2009). Social Perspectives on School Choice. In: Berends et alli, **Handbook of Research on School Choice**. New York/London: Routledge.
- BRADLEY, S.; CROUCHLEY, R.; MILLINGTON, J. and TAYLOR, J. (2000) Testing for quasi-market forces in secondary education. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 62, n. 3, pp. 357-390.
- COLEMAN, James (1992). Some Points on Choice in Education. **Sociology of Education**, v. 65 n. 4 pp.260-262.
- COSTA, M. e KOSLINSKI, M. (2008). **Hidden Quasi-Market: the contest for public schools in Rio de Janeiro**. Paper presented at the First ISA Forum, International Sociological Association, Barcelona, Spain, Sep 2008.
- COSTA, M. e KOSLINSKI, M. (2009). **Competing for public schools in Rio de Janeiro – reflexions on a hidden quasimarket**. Communication présentée au colloque "Penser les marches scolaires" Rappe – Université de Genève – Mars 2009.
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2007). Posição da CNTE sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Mimeo.
- CUNHA, M. B. (2007). **Clima Escolar em Foco - Um Estudo Sobre a Cultura Interna de Instituições de Ensino de Alto e Baixo Prestígio**. Monografia apresentada como requisito à conclusão do curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Marcio da Costa.
- DAVIES, S. & QUIRKE, L. (2007). The Impact of Sector on School Organizations: Institutional and Market Logics. **Sociology of Education**, v.. 80, pp. 66–90.
- DIOGO, A. M. (2008) **Estratégias de famílias e escolas: composição social e efeitos de escola**. Trabalho apresentado no I Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação – família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil/Portugal. Belo Horizonte, FAE/UFMG.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. (2000). **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar.
- FRANCO, C., ALVES, F. & BONAMINO, A. (2007). Qualidade Do Ensino Fundamental: Políticas, suas Possibilidades, seus Limites. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 1000, pp. 989-1014.
- GARNER C.L., RAUDNBUSH S. W. (1991). Neighborhood effects of educational attainment: a multilevel analysis. **Sociology of Education**, 64, 251-262.
- GLENN, C. (2009). **School segregation and virtuous markets**. Communication présentée au colloque "Penser les marches scolaires" Rappe – Université de Genève – Mars 2009.

- GLENNESTER, H. (1991) Quasi-Markets for Education? **The Economic Journal**, v. 101, n. 408, pp. 1268-1276.
- GORARD, S. and FITZ, J. (2000). Investigating determinants of segregation between schools. **Research Papers in Education**, 15, 2, pp.115-132.
- HEYNEMAN, S. P. (1997) Educational Choice in Eastern Europe and the Former Soviet Union: A Review Essay. **Education Economics**, Vol. 5, No. 3, 1997 pp. 333-339
- HOLME, J. J. (2002). Buying homes, buying schools: school choice and the social construction of school quality. **Harvard Educational Review**, 72(2), pp.177-205.
- LE GRAND, J. (1991) Quasi-Markets and Social Policy. **The Economic Journal**, v. 101, n. 408, pp. 1256-1267.
- LEHER, R. (2007) Desenvolvimento da educação de Lula é por decreto. Entrevista concedida ao **Jornal da ADUFRJ**. Maio de 2007.
- NODEN, Philip (2002) 'Comment', **Research Papers in Education**, 17:4, 409 – 415.
- NOGUEIRA, M. A. (1998). A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: A ação discreta da riqueza cultural. **Revista Brasileira de Educação**, 7, p.42-56.
- RIBEIRO, L. C. Q.; ALVES, F. & FRANCO, C. (2008). Segregación urbana y rezago escolar em Rio de Janeiro. **Revista de la Cepal** n. 94.
- SORENSEN, A. B. (1987) The organizational differentiation of students in schools as an opportunity structure, In, M. T. Hallinan (Ed) **The Social Organization of Schools**. New York. Plenum Press.
- SOUZA, S. Z. L. & OLIVEIRA, R.. P. (2003) Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado No Brasil. **Educação & Sociedade**, vol. 24, no. 84, pp. 873-895.
- TAYLOR, C. and GORARD, S. (2001). The role of residence in school segregation: placing the impact of parental choice in perspective. **Environment and Planning A**, v. 33, n. 10, pp. 1829-52
- VAN ZANTEN, Agnes (2005). Efeitos da Concorrência sobre a Atividade dos Estabelecimentos Escolares. **Cadernos de Pesquisa**, v 35, n. 126, 9. 565-593.
- WEBER, M. (1992). **Economia y Sociedad**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- WEST, A. (2006). School Choice, Equity and Social Justice: The Case for More Control. **British Journal of Educational Studies**, Vol 54, No.1, 15-33.
- _____. & Pannell, H. (2002). How New is New Labour? The Quasi-Market and English Schools 1997 to 2001. **British Journal of Educational Studies**. Vol. 50, No. 2, 206-224.
- YAIR, G. (1996). School Organization and Market Ecology: a Realist Sociological Look at the Infrastructure of School Choice. **British Journal of Sociology of Education**, v. 7, n. 4, p. 453-471.